

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Agente de Polícia Judicial**

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'K11', Tipo 004

Nº de Inscrição _____
MODELO

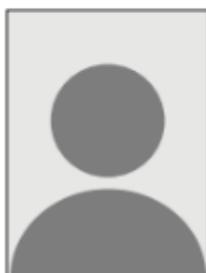
Nº do Caderno _____
TIPO-004

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Observe sempre o que há de belo pela vida e aprecie os bons momentos.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Hollywood dentro de nós

A cultura norte-americana, mais do que qualquer outra, vive e pensa a coletividade como um conjunto de indivíduos. Para um europeu ou um sul-americano, comemorar, explicar e mesmo narrar um acontecimento é, no mínimo, problemático sem explorar sua dimensão propriamente social: o encontro ou a luta de ideias, classes, nações, grupos, grandes interesses econômicos, etc.

Hollywood, com a força de seu cinema, só podia nascer numa cultura em que, seja qual for a dimensão social dos fatos, toda experiência toma a forma de uma história de aventuras. Nesse tipo de cultura, qualquer história de vida promete um roteiro de filme.

Criticamos ou desprezamos Hollywood pelas simplificações, pelos silêncios e pelas ignorâncias, talvez inevitáveis, ao reduzir a complexidade da história às andanças singulares dos indivíduos. Mas, no fundo, essa crítica se endereça a nós mesmos. Defendemos um entendimento do mundo em que causas e conflitos coletivos são mais importantes que a epopeia dos indivíduos. No entanto, a crítica do reducionismo de Hollywood é a maneira que encontramos para reprimir uma dimensão crucial da nossa própria experiência: o mundo nos interessa só porque constitui o cenário da aventura das nossas vidas. Hollywood, desprezada, cativa-nos e fascina-nos porque glorifica um individualismo que é o nosso. Portanto, mesmo envergonhados, entremos no cinema.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 322-323)

1. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** para integrar de modo adequado a seguinte frase:
 - (A) A censura que nos (**cabem**) fazer a esses filmes pauta-se pela irrelevância ética dos enredos.
 - (B) (**Costumam**) atrair os espectadores fanáticos desses filmes o espelhamento de seu individualismo.
 - (C) A poucos amantes do cinema de Hollywood (**podem**) interessar o caráter épico de um drama social.
 - (D) Não (**perturbam**) a nenhum aficionado por Hollywood as limitações da pregação individualista.
 - (E) (**Faltam**) às aventuras individuais, nessas histórias, um mínimo de ressonância social.

2. A razão pela qual o cinema de Hollywood é tão influente está no segmento
 - (A) *glorifica um individualismo que é o nosso* (3º parágrafo).
 - (B) *causas e conflitos coletivos são mais importantes* (3º parágrafo).
 - (C) *explicar e mesmo narrar um acontecimento é, no mínimo, problemático* (1º parágrafo).
 - (D) *Criticamos ou desprezamos Hollywood pelas simplificações* (3º parágrafo).
 - (E) *Mas, no fundo, essa crítica se endereça a nós mesmos* (3º parágrafo).

3. Os filmes produzidos em Hollywood
 - (A) afirmam a superioridade dos interesses nacionais sobre os individuais.
 - (B) consolidam a tradição épica e complexa dos movimentos revolucionários.
 - (C) contestam e criticam com firmeza valores viciosos da cultura norte-americana.
 - (D) promovem de modo envolvente a discussão política sobre grandes temas sociais.
 - (E) exaltam a força e o sentido aventureiro das trajetórias individuais.

4. No 3º parágrafo afirma-se que nossa crítica às simplificações de Hollywood
 - (A) recusa-se a hipótese de que nossa história tenha um caráter aventureiro.
 - (B) reflete uma necessidade de reprimir um individualismo que é também nosso.
 - (C) desvia-nos da possibilidade de reconhecermos melhor seus temas centrais.
 - (D) apoia-se no fato de que definitivamente rejeitamos toda prática individualista.
 - (E) justifica-se porque elas nos ajudam a vencer nossas próprias simplificações.

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *ao reduzir a complexidade da história às andanças singulares* (3º parágrafo) = deter as complicações particulares no andar da história.
 - (B) *reprimir uma dimensão crucial* (3º parágrafo) = investir numa área vital.
 - (C) *pensa a coletividade como um conjunto de indivíduos* (1º parágrafo) = vê a sociedade como uma soma de participantes.
 - (D) *sem explorar sua dimensão propriamente social* (1º parágrafo) = desistindo de definir sua sociabilidade inerente.
 - (E) *seja qual for a dimensão social dos fatos* (2º parágrafo) = embora se alterem socialmente os fatos quando dimensionados.

6. Defendemos um entendimento do mundo em que causas e conflitos são mais importantes que a epopeia dos indivíduos.

A correlação entre os tempos e modos verbais da frase acima mantém-se correta caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

- (A) Defendíamos – sejam.
 - (B) Havemos de defender – terão sido.
 - (C) Tínhamos defendido – forem.
 - (D) Defenderíamos – fossem.
 - (E) Defenderemos – seriam.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

De Rubem Braga para Vinicius de Moraes

Gosto muito da crônica que Rubem Braga publicou depois que seu amigo Vinicius de Moraes se foi. Em forma de carta, o cronista dá ao poeta notícias atualizadas sobre o Rio, as moças do Rio, a vida, a natureza em flor, a chegada da primavera, as promessas no ar... E para arrematar sua despedida, diz:

– Vou ficando por aqui mais um pouco...

Esse “vou ficando” resume a contingência de todos nós, esse estado provisório que gostamos de tratar como se eterno fosse. Esse “vou ficando” soa como desculpa por ainda estar vivo o cronista melancólico diante da ausência de um ardoroso poeta amigo, que tanto soube amar a vida.

Quem conheceu o velho Braga admitirá que o tempo dele foi sempre marcado por uma nostalgia profunda, dessas que existem garantindo que não têm cura. Esse “vou ficando” soa, assim, como uma espécie de resignação final de quem não alcançou o teto das expectativas e aguarda agora os protocolos do tempo implacável.

Admiro muito essas frases sintéticas, supostamente simples, mas de muitas camadas, ressonâncias e projeções. A gente se abeira delas e elas vão minando água fresca, para saciar nossa sede de consolos. Agora mesmo tive vontade de dizer a todos os parentes e amigos que já partiram:

– Vou ficando mais um pouco...

Como nada mais tenho que possa lhes oferecer, fico recitando essa frase, com esse gerúndio expressivo, essa indiscrição de um vivo, essa penitência de quem fica à espera da curva depois da qual não se pode mais ficar nem um pouquinho.

(Almeida Tibiriçá, a editar)

7. Indica-se uma expressão de sentido equivalente ao do elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) a gente se abeira delas = as marginaliza.
 - (B) penitência de quem fica à espera = se resguarda.
 - (C) o cronista dá ao poeta notícias atualizadas = reitera as novidades.
 - (D) admiro essas frases sintéticas, supostamente simples = de aparente simplicidade.
 - (E) soa como desculpa por ainda estar vivo = conquanto esteja vivo.
-

8. Rubem Braga endereçou ao amigo Vinicius de Moraes uma frase que encantou o autor do texto porque ela

- (A) evoca os tempos felizes em que houve o compartilhamento de tantas paixões e amizades.
 - (B) traduz com contido lirismo o esvanecimento da memória de quem partiu há muito tempo.
 - (C) expressa em linguagem retórica o apreço do cronista pela perenidade de uma grande amizade.
 - (D) manifesta para o saudoso poeta amigo as convicções espiritualistas de um fervoroso cronista.
 - (E) sintetiza com simplicidade afetuosa a saudade de quem aqui ficou num tempo provisório.
-

9. São expressões que apresentam, no contexto em que são utilizadas, sentidos semelhantes:

- (A) *nostalgia profunda* // *protocolos do tempo* (4º parágrafo)
 - (B) *gerúndio expressivo* // *fico recitando essa frase* (7º parágrafo)
 - (C) *contingência de todos* // *estado provisório* (3º parágrafo)
 - (D) *soa como desculpa* // *como se eterno fosse* (3º parágrafo)
 - (E) *cronista melancólico* // *ardoroso poeta* (3º parágrafo)
-

10. Considere as seguintes orações:

- I. Aprecio muito o gênero da crônica.
- II. Rubem Braga se destacou no gênero crônica.
- III. É incontestável o talento de Rubem Braga.

As ideias presentes nas três orações articulam-se com coerência, correção e clareza, neste período:

- (A) Destacou-se no gênero da crônica, pelo talento apreciável de Rubem Braga, aliás incontestável.
- (B) É incontestável o talento de Rubem Braga, destacado nas crônicas pelas quais tenho grande apreço.
- (C) No gênero da crônica, ao qual aprecio muito, foi onde se destacou o talento do incontestável Rubem Braga.
- (D) O talento de Rubem Braga, manifestou-se no gênero da crônica, por cujo tenho muita admiração.
- (E) É incontestável o talento de Rubem Braga, no gênero da crônica, do qual rendo meu apreço.

11. A exclusão da vírgula altera o sentido da frase em:

- (A) Nas bancas das grandes cidades, era grande a expectativa pela chegada dos jornais com suas crônicas.
- (B) Há quem leia exclusivamente crônicas do velho Braga, por não achar em outras a mesma dose de poesia.
- (C) Admiro as crônicas de Rubem Braga, que associam um lirismo enxuto à limpeza da linguagem.
- (D) Rubem Braga dedicou-se exclusivamente à crônica, porque lhe pareceu um gênero afim ao seu temperamento.
- (E) Bons tempos aqueles, em que um cronista sensível tinha espaço relevante nos jornais.

12. Considerando-se o sentido do contexto, ocorre expressivo emprego de linguagem figurada na seguinte construção:

- (A) *Esse "vou ficando" resume a contingência de todos nós.*
- (B) *Como nada mais tenho para lhes oferecer, fico recitando essa frase.*
- (C) *Em forma de carta, o cronista dá ao poeta notícias atualizadas.*
- (D) *A gente se abeira delas e elas vão minando água fresca.*
- (E) *Admiro muito essas frases sintéticas, supostamente simples.*

Noções de Informática

13. O sistema de autenticação de dois fatores – 2FA tem o objetivo principal de

- (A) fortalecer a segurança e evitar acessos não autorizados.
- (B) simplificar o processo de *login*.
- (C) reduzir os custos com segurança da informação.
- (D) eliminar a necessidade de senhas.
- (E) aumentar a velocidade de acesso ao sistema.

14. Um funcionário do Tribunal do Trabalho utiliza um recurso do Windows 11 para executar aplicativos de forma isolada em um ambiente seguro denominado

- (A) Windows Explorer.
- (B) Control Panel.
- (C) Virtual Desktop.
- (D) Device Manager.
- (E) Windows Sandbox.

15. Um Tribunal do Trabalho deseja conectar todos os computadores de seus diferentes departamentos em uma única rede local, permitindo o compartilhamento de arquivos e impressoras. O dispositivo de rede mais adequado para essa tarefa é o

- (A) *virtual modem*.
- (B) *hyper roteador*.
- (C) *switch*.
- (D) *repetidor*.
- (E) *case hub*.

16. Um funcionário de um Tribunal do Trabalho recebe um e-mail solicitando a atualização de seus dados pessoais através de um link que direciona para uma página idêntica ao site do seu banco, mas com um endereço ligeiramente diferente. O tipo de ataque que o funcionário está sofrendo é
- (A) engenharia reversa.
 - (B) spyware.
 - (C) negação de serviço.
 - (D) scare-crew.
 - (E) phishing.

Noções de Direito Administrativo

17. Considere a seguinte situação hipotética: Zeus, servidor público federal, pretende extinguir determinado ato administrativo, por conter ilegalidade. Já Ares, também servidor público federal, pretende extinguir determinado ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade. No caso narrado,
- (A) Zeus deverá anular o ato, com efeitos *ex tunc*, e Ares deverá revogar o ato, com efeitos *ex nunc*.
 - (B) Zeus deverá anular o ato e Ares deverá revogar o ato; e ambas as medidas dar-se-ão com efeitos *ex tunc*.
 - (C) ambos os atos deverão ser revogados.
 - (D) Zeus deverá anular o ato, com efeitos *ex nunc*, e Ares deverá revogar o ato, com efeitos *ex tunc*.
 - (E) ambos os atos deverão ser anulados.
18. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos
- (A) aplicam-se apenas aos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.
 - (B) não estão mais previstas para qualquer modalidade de ato ímprobo, vez que, após as mudanças na Lei de Improbidade Administrativa, tais penalidades foram extirpadas, dada a gravidade e o impacto para os agentes públicos.
 - (C) aplicam-se a todas as modalidades de ato de improbidade administrativa.
 - (D) não estão previstas para atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração pública.
 - (E) aplicam-se apenas aos atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito.
19. Considere a seguinte situação hipotética: Poseidon, servidor público federal há dez anos, nunca sofreu qualquer penalidade disciplinar. No entanto, em 5 de setembro de 2024, retirou, sem prévia anuência da autoridade competente, documento da repartição pública em que exerce suas funções. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a conduta de Poseidon
- (A) está sujeita à penalidade de suspensão por quinze dias.
 - (B) está sujeita à penalidade de advertência, por escrito.
 - (C) está sujeita à penalidade de demissão.
 - (D) está sujeita à penalidade de suspensão por noventa dias.
 - (E) não está sujeita a qualquer penalidade.

-
20. Considere:

- I. Obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
- II. Pode ser aplicada a todos os processos administrativos, desde que haja relevância quanto à matéria e discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- III. É considerada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios, não havendo, entretanto, a participação dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, especificamente no que diz respeito à decisão coordenada, está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sr. José, completou 60 anos, com contrato de plano de saúde em vigor, quando se deparou com tabela de valores de aumento diferenciados em razão da idade, sendo que os preços exorbitantes representam o percentual de aumento de 10 vezes o valor da primeira faixa etária e inviabilizaram a contratação. Tal situação, consoante o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, é considerada:
- (A) discriminatória e é vedada.
 - (B) isonômica, apenas se a cobrança dos valores diferenciados em razão da idade observarem o percentual de cobrança máxima de 8 vezes da segunda faixa etária.
 - (C) discriminatória, somente se não for observada na cobrança dos valores diferenciados a proporcionalidade expressa no Estatuto da Pessoa Idosa de percentual de cobrança máxima de 7 vezes da primeira faixa etária.
 - (D) isonômica e legal.
 - (E) discriminatória, somente se não for observada na cobrança dos valores diferenciados a proporcionalidade expressa no Estatuto da Pessoa Idosa de percentual de cobrança máxima de 7 vezes da segunda faixa etária.
-
22. Maria, servidora de um TRT, teve o carro subtraído ao parar no semáforo quando se deslocava ao Tribunal, sendo abordada por um indivíduo que lhe apontou uma arma de fogo subtraindo-lhe o veículo mediante emprego de violência. O caso descrito caracteriza-se crime de roubo, sendo que o elemento do tipo penal contido na prática criminal acima e que também é encontrado no crime de furto é a
- (A) redução da possibilidade de resistência da pessoa.
 - (B) emprego de violência contra a pessoa, logo depois da subtraída a coisa, a fim de assegurar a impunidade do crime.
 - (C) grave ameaça à pessoa.
 - (D) subtração da coisa alheia móvel para si ou para outrem.
 - (E) violência à pessoa.
-
23. Funcionário Público, responsável pela guarda de material permanente (almojarifado) e controle dos bens de patrimônio de um TRT, subtraiu microcomputador, o qual estava em sua posse em razão do cargo, ocultando-o em sua mochila ao sair do prédio do Tribunal. Para dissipar sua conduta, o funcionário público alterou indevidamente dados corretos do banco de dados em uso de todo o Departamento, com o objetivo de desviar a atenção e a suspeita de sua conduta anterior. Em tese, as condutas configuram, respectivamente, os crimes de
- (A) condescendência criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informações.
 - (B) peculato e inserção de dados falsos em sistema de informações.
 - (C) inserção de dados falsos em sistema de informações e peculato mediante erro de outrem.
 - (D) peculato culposo e inserção de dados falsos em sistema de informações.
 - (E) inserção de dados falsos em sistema de informações e peculato.
-
24. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, que trata sobre as Normas de Cerimonial Público, no caso de falecimento de autoridades civis ou militares, o Governo poderá decretar as honras fúnebres a serem prestadas, não devendo o prazo de luto ultrapassar três dias. Em face de notáveis e relevantes serviços prestados ao País pela autoridade falecida, o período de luto poderá ser estendido, excepcionalmente, por até
- (A) seis dias.
 - (B) dois dias.
 - (C) sete dias.
 - (D) cinco dias.
 - (E) três dias.
-
25. De acordo com a Lei nº 10.826/2003 e a Resolução CNJ nº 467/2022, o Tribunal do Poder Judiciário, em eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios, munições, certificados de registro ou documentos institucionais de porte de arma que estejam sob sua guarda, deverá
- (A) instaurar sindicância e comunicar a Polícia Federal, no prazo de 72 horas depois de ocorrido o fato.
 - (B) registrar ocorrência policial e comunicar o Comandante da Região Militar do Exército, no prazo de 24 horas depois de ocorrido o fato.
 - (C) registrar ocorrência policial e comunicar a Polícia Federal, no prazo de 72 horas depois de ocorrido o fato.
 - (D) instaurar sindicância e comunicar o Comandante da Região Militar do Exército, no prazo de 24 horas depois de ocorrido o fato.
 - (E) registrar ocorrência policial e comunicar a Polícia Federal, no prazo de 24 horas depois de ocorrido o fato.
-
26. Em interrogatório de determinado réu que decidiu exercer o direito ao silêncio, manifestando-se expressamente na audiência, prosseguiu-se no interrogatório com o direcionamento verbal das perguntas formulando-as, uma a uma, e registrando-se em cada uma delas a manifestação do réu repetindo-se que iria exercer o "direito ao silêncio". Em havendo a insistência do Magistrado para que respondesse, tal conduta, em tese
- (A) configura crime específico de coação no curso do processo, mas não configura crime de abuso de autoridade.
 - (B) crime de fraude processual, sem alcançar a seara de abuso de autoridade.
 - (C) está de acordo com as técnicas de interrogatório e não configura crime.
 - (D) configura crime de abuso de autoridade, com previsão de detenção de 1 a 4 anos e multa.
 - (E) configura crime de abuso de autoridade, com pena de detenção de até 6 meses, sem previsão de multa.

27. A política nacional de segurança do Poder Judiciário abrange a segurança institucional, pessoal dos(as) magistrados(as) e respectivos familiares em situação de risco, de servidores(as), usuários(as) e dos demais ativos do Poder Judiciário. Considere os seguintes princípios:

- I. Preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.
- II. Autonomia, independência e imparcialidade do Poder Judiciário.
- III. Atuação preventiva e proativa, sem, contudo, buscar a antecipação e a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra o Poder Judiciário.
- IV. Efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos atos judiciais.
- V. Integração e interoperabilidade dos órgãos do Poder Judiciário com órgãos de estado, instituições de segurança e inteligência.
- VI. Gestão de riscos voltada à proteção dos ativos do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III, IV e VI.
 - (B) I, III, V e VI.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) I, II, IV, V e VI.
-

28. Determinado Administrador Público de um Parque Estadual Público, o qual possui estacionamento com capacidade de 1.000 vagas, sabendo que deve atender o disposto na Lei nº 10.098/2000, que trata da promoção da acessibilidade, quanto ao estacionamento público para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, deverá:

- (A) sinalizar os acessos e disponibilizar vagas livres, apenas com a benesse de isentar os veículos de estacionamento, para estimular a visita ao parque, para os veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente, até o total de 30 vagas, mediante controle de limite na entrada (cancela) do parque.
 - (B) reservar vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, observando o total de 15 vagas, garantidas, no mínimo, três vagas, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.
 - (C) reservar vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, observando o total de 20 vagas, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.
 - (D) reservar vagas próximas dos acessos de banheiros, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, observando o total de 5 vagas, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.
 - (E) reservar vagas próximas dos bebedouros, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, observando o total de 10 vagas, garantidas, no mínimo, duas vagas, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.
-

29. O processo regido pela Lei nº 9.099/1995 buscará, sempre que possível, a conciliação ou a transação, orientando-se por alguns critérios, sendo aquele que busca o trâmite do processo no tempo razoável o da

- (A) informalidade.
 - (B) economia processual.
 - (C) celeridade.
 - (D) oralidade.
 - (E) simplicidade.
-

30. João, funcionário público, recebeu vantagem indevida, em depósitos bancários de valores expressivos, para si, diretamente, em razão da função pública, por retardar atos de ofício. Tal conduta poderá, em tese, configurar o crime de

- (A) prevaricação.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) corrupção ativa.
 - (D) concussão.
 - (E) condescendência criminosa.
-

31. Na resposta do réu em ação judicial sob o rito da Lei nº 9.099/1995, ele formulou, na contestação, dois pedidos a seu favor, sendo o primeiro fundado nos mesmos fatos dos que constituem objeto da controvérsia, e o segundo, em fatos diversos dos que constituem objeto da controvérsia. Consoante à retrocitada legislação, os pedidos são, em regra:
- (A) Oraís ou escritos, sendo ambos os pedidos inadmissíveis e ilícitos, pois a reconvenção não é aceita na Lei e serve somente para requerer os fatos que constituem objeto da controvérsia.
 - (B) Somente oraís, sendo o primeiro lícito na forma da lei e o segundo inadmissível, pois a reconvenção não é admitida no rito da Lei nº 9.099/1995.
 - (C) Oraís ou escritos, sendo o primeiro lícito na forma da lei e o segundo inadmissível, pois a reconvenção não é admitida no rito da Lei nº 9.099/1995.
 - (D) Oraís ou escritos, sendo o primeiro inadmissível na forma da lei e o segundo admissível, pois a reconvenção é permitida no rito da Lei nº 9.099/1995.
 - (E) Somente oraís, pois tanto o primeiro como o segundo pedido, independentemente de serem análogos ou diversos da controvérsia são admissíveis e lícitos, pela livre produção de provas, pois a reconvenção é admitida no rito da Lei nº 9.099/1995.
-
32. De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, se os crimes de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional forem cometidos por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:
- I. o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo.
 - II. a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio.
 - III. a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
 - IV. a destruição do material físico apreendido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e IV.
-
33. Determinada servidora, aposentada no cargo de Inspectora da Polícia Judicial de um Tribunal, teve que expedir a segunda via da carteira de identidade, pretendendo utilizar o nome social. As informações que constarão na carteira de identidade são o nome
- (A) social, não havendo distinção de cor e padrão pelo fato de ser aposentada, e na descrição de especialidade não será observado o gênero da ocupante do cargo, sendo descrito no masculino.
 - (B) social e haverá distinção de cor e padrão pelo fato de ser aposentada, e na descrição de especialidade não será observado o gênero da ocupante do cargo, sendo descrito no masculino.
 - (C) social e haverá distinção de cor e padrão pelo fato de ser aposentada, e na descrição de especialidade deverá ser observado o gênero da ocupante do cargo.
 - (D) social, não havendo distinção de cor e padrão pelo fato de ser aposentada, e na descrição de especialidade deverá ser observado o gênero da ocupante do cargo.
 - (E) civil e haverá distinção de cor e padrão pelo fato de ser aposentada, e na descrição de especialidade não será observado o gênero da ocupante do cargo, sendo os cargos mantidos no masculino.
-
34. De acordo com a Lei nº 10.826/2003, o presidente do tribunal designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de
- (A) 50% do número de servidores que exerçam funções de segurança.
 - (B) 40% do número de servidores que exerçam funções de segurança.
 - (C) 40% do número total de servidores.
 - (D) 60% do número de servidores que exerçam funções de segurança.
 - (E) 50% do número total de servidores.
-
35. O uso dos uniformes e acessórios de identificação visual pelos Inspectores e pelos Agentes da Polícia Judicial ativos, lotados nas unidades de segurança institucional dos órgãos do Poder Judiciário, tem por objetivos primordiais EXCETO:
- (A) o provimento de condições adequadas ao servidor durante a execução das suas atividades laborais, com a adaptabilidade às condições climáticas em âmbito nacional.
 - (B) o enfraquecimento da identidade institucional do Poder Judiciário.
 - (C) o pronto reconhecimento dos Agentes e Inspectores da Polícia Judicial e da instituição pela uniformidade e coerência da comunicação visual.
 - (D) facultar aos órgãos do Poder Judiciário disciplinarem o uso de outras peças adequadas às especificidades climáticas anuais e regionais, desde que condizentes com as cores, inscrições e símbolos característicos da Polícia Judicial do Poder Judiciário.
 - (E) a funcionalidade e utilidade de acordo com a natureza da tarefa.

36. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, as transações relativas a alimentos de idosos poderão ser celebradas perante o (I), que as (II), e passarão a ter efeito de título executivo (III) nos termos da lei processual (IV).

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV:

- (A) Promotor de Justiça ou Defensor Público – sentenciará – judicial – penal
- (B) Procurador Federal ou Conciliador – referendará – extrajudicial – penal
- (C) Juiz de Direito ou Conciliador – referendará – extrajudicial – penal
- (D) Procurador do Estado ou Defensor Dativo – sentenciará – judicial – civil
- (E) Promotor de Justiça ou Defensor Público – referendará – extrajudicial – civil

37. Dentre os níveis de planejamento de segurança, o (I) é aquele que exerce a governança, de forma a estabelecer planos, políticas e objetivos institucionais, e o nível operacional é responsável (II).

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) superior – pela gestão tática
- (B) tático – pela credibilidade da Instituição perante a Sociedade
- (C) tático – pelos processos finalísticos e de apoio
- (D) estratégico – pelos processos finalísticos e de apoio
- (E) estratégico – pela gestão operacional em áreas específicas

38. A Política Nacional de Inteligência considera, dentre as principais ameaças com potencial de expor a risco à integridade da Sociedade e do Estado brasileiro, a existência da criminalidade organizada, que demanda a atuação cada vez mais integrada de duas vertentes, sendo a

- (A) investigativa, por meio da atividade policial-civil, e a reativa, por meio da atividade policial-militar.
- (B) preventiva, por meio da atividade de investigação, e a perspectiva, por meio da atividade de inteligência.
- (C) detectiva, por meio da atividade de contra-inteligência, e a responsiva, por meio da atividade de inteligência propriamente dita.
- (D) proativa, por meio da atividade de policial, e a reativa, por meio da atividade das forças armadas.
- (E) preventiva, por meio da atividade de inteligência, e a reativa, por meio da atividade policial.

39. Para o deslocamento veicular de um dignitário até um determinado evento, é necessária a realização de um planejamento, com intuito de identificar pontos de interesse e atenção da equipe de segurança, sendo certo que independente do uso de aplicativos eletrônicos facilitadores de localização e mobilidade é interessante o comparecimento do agente de segurança, verificando as reais condições dos percursos de forma a conceber, inclusive, itinerários alternativos aos quais a equipe de segurança pode lançar mão no dia do evento. A realização de tal procedimento é condizente com a equipe de segurança

- (A) de vistoria.
- (B) precursora.
- (C) tática.
- (D) aproximada.
- (E) velada.

Atenção: Para responder às questões de números 40 e 41, considere o caso abaixo.

O departamento de polícia judiciária de um Tribunal Regional do Trabalho, ao realizar a verificação de determinada localidade em que ocorrerá um evento externo às dependências do Tribunal, identifica vulnerabilidades que necessitam de intensificação de policiamento ostensivo nos arredores.

40. Também foi necessário verificar onde seriam registradas eventuais ocorrências criminais comuns decorrentes do evento. Nesse caso, contactou-se

- (A) o Batalhão policial-militar estadual, com jurisdição na localidade do evento.
- (B) o Batalhão policial-militar estadual, com jurisdição na sede do Tribunal Regional do Trabalho.
- (C) o departamento de polícia federal, com jurisdição na região do evento.
- (D) a delegacia policial-civil estadual, com jurisdição na localidade do evento.
- (E) a delegacia de polícia civil estadual, com jurisdição na sede do Tribunal Regional do Trabalho.

41. A providência adequada nesse caso é

- (A) não adotar qualquer iniciativa, uma vez que o Tribunal Regional do Trabalho não tem jurisdição na localidade.
- (B) solicitar apoio do Departamento de Polícia Federal local para realizar o policiamento ostensivo, por se tratar de Instituição com caráter federal, assim como o Tribunal Regional do Trabalho em comento.
- (C) solicitar, ao Batalhão da Polícia Militar estadual local, as providências quanto à intensificação de policiamento ostensivo.
- (D) destacar agentes de polícia judicial uniformizados do próprio quadro do departamento para realizar a intensificação de policiamento ostensivo.
- (E) empregar funcionários de segurança privada terceirizada uniformizados, contratados com recursos do próprio Tribunal para realizar o policiamento ostensivo.

42. O agente de polícia judicial deixou de cumprir um protocolo de verificação de acesso de pessoal a um local restrito em razão do horário, permitindo que um funcionário de manutenção de ar-condicionado acessasse, sem ser solicitado, o plenário de um Tribunal durante uma audiência, quando só poderiam estar ali os magistrados, membros do Ministério Público e demais partes do processo. Sendo certo que havia regras já estabelecidas nesse sentido, tais disposições não foram observadas nesse momento. O chefe do departamento de polícia judiciária com intuito de evitar que tal equívoco ocorresse novamente, revisou os protocolos de acesso durante seção plenária e identificou que as orientações não eram claras quanto à necessidade de solicitação expressa de autoridade competente para acessar o plenário durante a audiência, o que pode ter acarretado o equívoco do agente. Nessa oportunidade, realizou a atualização do citado protocolo, visando evitar que novos equívocos ocorram. O procedimento adotado pelo chefe do departamento foi a

- (A) identificação de não conformidade no protocolo de acesso de pessoas durante seção plenária e adoção de ações corretivas, dentro de uma iniciativa de melhoria contínua.
- (B) revisão de conformidade no protocolo de acesso de pessoas durante seção plenária e adoção de ações corretivas, dentro de uma iniciativa de suporte.
- (C) aceitação de não conformidade no protocolo de acesso de pessoas durante seção plenária e adoção de ações reativas, dentro de uma iniciativa de melhoria contínua.
- (D) identificação de risco no protocolo de acesso de pessoas durante seção plenária e adoção de ações preventivas, dentro de uma iniciativa operacional.
- (E) anulação de não conformidade no protocolo de acesso de pessoas durante seção plenária e adoção de ações corretivas, dentro de uma iniciativa de planejamento.

43. Determinados controles de acesso dependem de convenções ou codificações definidas pelo gestor de segurança que os emprega. Nesse sentido, podem ser interpretados de formas diferenciadas em ocasiões, repartições ou contextos distintos.

Essa concepção refere-se a controle de acesso

- (A) operacional.
- (B) atributivo.
- (C) interativo.
- (D) convencional.
- (E) procedimental.

44. Considere as frases, abaixo, que representam afirmações que poderiam ocorrer durante interlocuções verbais na prestação do serviço de segurança de dignitários.

- I. *Isso jamais aconteceu aqui!*
- II. *Isso é coisa que não acontece no Brasil!*
- III. *A esta hora e com este tempo horrível, ninguém seria maluco de vir importunar-nos!*
- IV. *Eu acho que ninguém seria louco ou ousado o bastante para fazer isso!*
- V. *Aqui nós não precisamos nos preocupar, pois não há nada para ser roubado ou furtado!*
- VI. *Nessa equipe, todos têm que saber um pouco o serviço do outro.*
- VII. *Aqui "o bicho não pega", pois estamos colados com a polícia.*
- VIII. *Aqui é um local seguro, inacessível e bem guardado; não precisamos temer!*
- IX. *Se não conheço, é melhor perguntar.*
- X. *Trata-se de uma pessoa da minha mais inteira confiança.*
- XI. *Ah, é um senhor de idade; imagina se ele seria capaz disso!?*
- XII. *Só de olhar, vê-se logo que o homem (ou a mulher) não está armado(a).*
- XIII. *Discrição é a "alma do negócio".*

Dentre as afirmações, as que, quando colocadas em prática, NÃO poderiam representar risco para o dignitário, são:

- (A) III, V e VI.
- (B) VI, IX e XIII.
- (C) IV, VIII e IX.
- (D) I, III, X e VII.
- (E) II, IV, XI e XII.

45. Considere os princípios de gestão e planejamento de segurança de informações e que também podem ser aplicados na segurança de instalações e ativos, sendo certo que a combinação de determinados conceitos pode decorrer em uma soma que resulta em um determinado resultado.

Nesse sentido, pode-se elaborar que:

(I) + ameaça + vulnerabilidade = (II).

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) ativo – risco
- (B) risco – contenção
- (C) contenção – ativo
- (D) perda – risco
- (E) risco – ativo

-
46. O Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) determina que os órgãos do poder judiciário designem para atuar na atividade de inteligência do respectivo órgão, ao menos:
- (A) 2 servidores com capacitação ou reconhecida experiência na área de inteligência para atuar de forma subsidiária a outras atividades que exerçam originalmente.
 - (B) 1 servidor com capacitação ou reconhecida experiência na área de inteligência para atuar de forma específica.
 - (C) 3 servidores com capacitação e reconhecida experiência na área de inteligência para atuar de forma específica.
 - (D) 2 servidores com capacitação ou reconhecida experiência na área de inteligência para atuar de forma específica.
 - (E) 1 servidor com capacitação e reconhecida experiência na área de inteligência para atuar de forma subsidiária a outras atividades que exerça originalmente.
-
47. Com intuito de facilitar o pronto atendimento e dinamizar a prestação de serviço da polícia judicial de um Tribunal Regional do Trabalho, o inspetor de polícia judicial decidiu divulgar a escala de serviço dos agentes que trabalham aos plantões de final de semana, com os respectivos números de celulares aos funcionários lotados no citado tribunal. De acordo com a Resolução nº CSJT nº 315/2021, que regula as atribuições funcionais dos agentes e inspetores de polícia judicial:
- (A) a iniciativa é equivocada, pois as escalas de serviço devem permanecer reservadas ao âmbito do respectivo departamento de polícia judicial, com os números de celulares apartados de tais escalas.
 - (B) a iniciativa não está de acordo com o disposto, uma vez que as escalas de serviço constando os números celulares devem sempre permanecer reservadas ao âmbito do respectivo departamento de polícia judicial.
 - (C) a elaboração de escalas com os respectivos números de telefones celulares é correta, porém a divulgação exterior do respectivo departamento deve ser em caráter reservado, endereçada apenas aos magistrados.
 - (D) não devem constar os números telefones celulares nas escalas de serviço em hipótese alguma e a divulgação dos nomes de quem está de serviço é reservada aos magistrados.
 - (E) a iniciativa está alinhada à determinação de elaboração e divulgação de escalas de serviço dos integrantes da polícia judicial, inclusive no que diz respeito ao número de celular de quem está de serviço.
-
48. O regramento de um determinado órgão público determina que sejam realizadas, pela chefia do departamento de segurança, inspeções com objetivo de tratar de assuntos atinentes à respectiva atividade. Nesse caso, as iniciativas de inspeção incluem
- (A) intervenção imediata em caso de violações ao sistema de segurança.
 - (B) planejamento de procedimentos que priorizem a integridade das instalações.
 - (C) monitoramento com intuito de identificar atitudes humanas suspeitas que podem configurar ameaças.
 - (D) verificações rotineiras para identificar eventuais vulnerabilidades.
 - (E) reuniões preestabelecidas para a avaliação do clima organizacional dos profissionais de segurança.
-
49. Segundo Mandarini (2005), é conveniente realizar o planejamento de segurança com o intuito de se prever as iniciativas necessárias por divisão (ou departamento) da organização protegida e, ao mesmo tempo, previstos a partir de prazos e metas aptos a serem realizados e atingidos. Tal condição diz respeito à aplicação dos conceitos de
- (A) ramos e seguimentos.
 - (B) diagnósticos e métodos.
 - (C) amplitude e falseamento.
 - (D) modularidade e faseamento.
 - (E) componentes do planejamento e necessidade.
-
50. Sobre gerenciamento de crises (I) e planejamento de contingências (II):
- (A) I nada tem a ver com II, pois II é a administração propriamente dita do evento crítico ocorrido e I diz respeito ao planejamento de atuação perante eventos rotineiros.
 - (B) I e II são sinônimos, pois ambos preveem exclusivamente a atuação perante eventos críticos.
 - (C) II abrange I, sendo que I é a administração propriamente dita do evento crítico ocorrido.
 - (D) I abrange II, sendo que II é a administração propriamente dita do evento crítico ocorrido.
 - (E) II nada tem a ver com I, pois I é a administração propriamente dita do evento crítico ocorrido e II diz respeito ao planejamento de atuação perante eventos rotineiros.
-

-
51. Uma das medidas de segurança que compete aos Tribunais Superiores, Conselhos, Tribunais de Justiça, Regionais Federais, do Trabalho, Eleitorais e Militares, de acordo com a política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, é a instalação de pórtico detector de metais aos quais devem se submeter todos(as) que acessarem as respectivas dependências:
- (A) ainda que exerçam cargo ou função pública, ressalvados(as) os(as) magistrados(as), os(as) integrantes de escolta de presos(as) e os(as) agentes ou inspetores(as) da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos respectivos conselhos e tribunais.
 - (B) que não ocupem cargo ou função pública, inclusive funcionários(as) de empresas terceirizadas e prestadores de serviço, bem como partes dos processos, advogados(as) e demais visitantes.
 - (C) ainda que exerçam cargo ou função pública, ressalvados(as) os(as) magistrados(as), os(as) integrantes de escolta de presos(as) e os(as) agentes ou inspetores(as) da polícia judicial dos tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares do Brasil.
 - (D) ainda que exerçam cargo ou função pública ressalvados, apenas os(as) magistrados(as).
 - (E) ainda que exerçam cargo ou função pública, ressalvados(as) os(as) integrantes de escolta de presos e os(as) agentes ou inspetores(as) da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos respectivos conselhos e tribunais.
-
52. O grupo de apoio ao Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ), de acordo com a Resolução CNJ nº 383/2021, tem por atribuição inspecionar as unidades de inteligência dos órgãos do Poder Judiciário, com o objetivo de difundir e estimular as melhores práticas na atividade de inteligência, bem como de otimizar e aperfeiçoar a produção e a salvaguarda de conhecimentos, e deve ser integrado por um servidor:
- (A) pertencente ao SInSIPJ e indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
 - (B) pertencente ao SInSIPJ e indicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
 - (C) indicado pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ).
 - (D) pertencente ao SInSIPJ e votado pelos presidentes dos respectivos tribunais.
 - (E) indicado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ).
-
53. Feverêncio adquiriu um ciclomotor de duas rodas, provido de motor de combustão interna de 40 cm³ de cilindrada cuja velocidade não excede 50 km/h, para efetuar o percurso, de ida e volta, de sua residência para o local de trabalho. O itinerário planejado por Feverêncio para tal percurso é composto por via de trânsito rápido, desprovida de acostamento ou faixa de rolamento própria, vias arteriais e vias locais. Neste caso, ao transitar pela via de trânsito rápido descrita acima, Feverêncio
- (A) comete infração de trânsito de natureza grave.
 - (B) comete infração de trânsito de natureza gravíssima.
 - (C) não comete infração de trânsito.
 - (D) comete infração de trânsito de natureza leve.
 - (E) comete infração de trânsito de natureza média.
-
54. Zezé conduzia seu veículo particular pela rodovia, partindo da cidade de Areia Branca com destino a Aracaju. Em determinado momento, acelerou seu veículo com o objetivo de chegar mais rapidamente à Capital, atingindo 110 km/h, contrariando a velocidade máxima permitida por sinalização para aquele trecho da rodovia, que era de 80 km/h. Deste modo, Zezé cometeu infração de trânsito de natureza
- (A) Grave com penalidade prevista de suspensão do direito de dirigir.
 - (B) Gravíssima com penalidade prevista de suspensão do direito de dirigir.
 - (C) Leve.
 - (D) Média.
 - (E) Grave.
-
55. Tutu necessita fazer a transferência de propriedade de veículo que adquiriu em leilão de veículo recolhido em depósito. Com relação aos documentos exigidos para expedição de novo Certificado de Registro de Veículo, é DISPENSÁVEL que Tutu apresente:
- (A) Comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.
 - (B) Certidão negativa de roubo ou furto de veículo, expedida no Município do registro anterior que poderá ser substituída por informação do RENAVAM.
 - (C) Certificado de Segurança Veicular e de emissão de poluentes e ruído, quando houver adaptação ou alteração do veículo.
 - (D) Certificado de Licenciamento Anual.
 - (E) Certificado de Registro de Veículo anterior.
-

56. Considere:

- I. Perna forte posicionada a frente.
- II. Perna forte posicionada atrás.
- III. Pernas abertas mais ou menos na mesma distância dos ombros.
- IV. Pernas fechadas.
- V. Joelhos flexionados.
- VI. Pés paralelos.

Em relação à postura de combate ideal para facilitar ataques, defesas ou possível fuga, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
 - (B) II, III e VI.
 - (C) II, III e V.
 - (D) I, III e VI.
 - (E) II, IV e VI.
-

57. As idades máximas dos veículos destinados à formação de condutores nas categorias de habilitação, não computando o ano de fabricação, serão de:

- (A) 15 anos, para a categoria D; 20 anos para a categoria E.
 - (B) 8 anos, para a categoria B; 20 anos para as categorias C, D e E.
 - (C) 8 anos, para a categoria A; 15 anos para a categoria B.
 - (D) 12 anos, para a categoria B; 20 anos para a categoria C.
 - (E) 12 anos, para a categoria C; 15 anos para a categoria D.
-

58. Com vistas a sua estrita observância, o controle e o registro de tempo de condução de veículos de transporte rodoviário de cargas é de responsabilidade do

- (A) agente de cargas.
 - (B) operador de transporte multimodal de cargas.
 - (C) motorista profissional.
 - (D) operador de terminal de carga.
 - (E) consignatário de cargas.
-

59. As queimadas são problemas ambientais que ocorrem durante todo o ano, tendo sua maior incidência nos meses de estiagem, destruindo vegetações e matando animais silvestres. Considere as afirmações abaixo:

- I. A fumaça produzida pelas queimadas nos terrenos à margem das rodovias provoca redução da visibilidade

TODAVIA

- II. A fuligem proveniente da queimada pode aumentar a aderência do veículo no leito carroçável.

Neste caso,

- (A) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
 - (B) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
 - (C) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda estabelece relação de oposição à primeira.
 - (D) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não estabelece relação de oposição à primeira.
 - (E) as duas afirmações são falsas.
-

60. Durante a condução do veículo, é fundamental que o motorista enxergue o que acontece a sua volta, evitando-se situações de risco e perigo.

O termo utilizado para se referir aos locais do veículo onde o condutor não possui visibilidade externa é denominado ponto (I), os quais podem ser potencializados pelo mau posicionamento dos retrovisores internos e externos. Para melhorar a visibilidade, o condutor deve ajustar o retrovisor interno em uma posição de modo que tenha visão ampla do vidro (II), enquanto que os retrovisores externos, esquerdo e direito, devem ser ajustados de maneira que o condutor, sentado na posição de direção, enxergue (III) do veículo que conduz.

As lacunas I, II e III são, correta e respectivamente, preenchidas por

- (A) cego – traseiro – o limite traseiro
 - (B) de inflexão – lateral – a maçaneta da porta dianteira
 - (C) cego – lateral – o limite traseiro
 - (D) de acesso – traseiro – a maçaneta da porta dianteira
 - (E) de inflexão – traseiro – o limite traseiro
-